



**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE  
MINAS GERAIS**

**Gerência de Licitações Contratos e Convênios**

## **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Processo nº 2200.01.0002626/2023-70

## **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA SEI Nº 92489408 QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO ESTADUAL DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS -  
IEPHA/MG E O MUNICÍPIO DE  
PATOS DE MINAS/MG.**

**O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.625.196-0001/40, com sede na Praça da Liberdade, nº 470, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-010, doravante denominado **IEPHA/MG**, neste ato representado por seu Presidente **JOÃO PAULO MARTINS**, CPF nº \*\*\*.341.\*\*\*-01 e o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede na Rua Doutor José Olympio de Mello, nº 151, Bairro Eldorado, em Patos de Minas, CEP 38700-900, doravante denominado **MUNICÍPIO**; neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **LUÍS EDUARDO FALCÃO**, CPF nº \*\*\*.351.\*\*\*-35; considerando o constante no processo SEI nº 2200.01.0002626/2023-70, com base na Lei Estadual 22.257, de 2016, no Decreto Estadual 47.921, de 2020, bem como à Lei 11.726, de 1994, à Lei Complementar Federal 140, de 2011 no que couber, e a Lei nº 14.133/2021, no que couber, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre as instituições na realização de estudos técnicos que possibilitem identificar bens culturais e instruir os respectivos processos de tombamento estadual e municipal para fins de proteção e salvaguarda no município de Patos de Minas.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

2.1. A presente cooperação tem por finalidade realizar os procedimentos e obter os recursos necessários para uma avaliação técnica atualizada das referências culturais presentes no município, de interesse municipal, regional e estadual, cujo resultado poderá determinar a instrução de processo de tombamento e o encaminhamento para os respectivos conselhos para deliberação sobre o reconhecimento como lugares de memória e referência cultural material das populações vinculadas local, regional ou estadual.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPIES

#### 3.1. Compete ao IEPHA-MG:

- a) destacar equipe responsável pelo acompanhamento da execução das ações previstas e das atividades relativas ao objeto do presente Termo de Cooperação Técnica;
- b) disponibilizar para o município informações e orientações para o processo de pesquisa e dossiês técnicos de tombamento das referências culturais presentes no município;
- c) participar das reuniões técnicas com representantes do município, no mínimo de duas reuniões por etapa, para discutir estratégias de ação visando o aprimoramento das atividades relativas ao objeto do presente Termo de Cooperação Técnica;
- d) disponibilizar para o município documentos, procedimentos, orientações e instruções para o preenchimento de fichas para a realização da Oficina de Inventário Cultural Participativo, fichas do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural e conteúdo do dossiê de tombamento estadual;
- e) definir em conjunto com o município os critérios, o conteúdo e a estrutura para a elaboração dos dossiês de tombamento municipal e estadual, incluindo registro fotográfico, bases cartográficas e mapas temáticos necessários, entre outros documentos de referência;
- f) validar as etapas do projeto;
- g) apoiar e orientar a equipe técnica municipal na realização da Oficina do *Inventário Cultural Participativo* e na elaboração de conteúdo do dossiê de tombamento estadual e das fichas do *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – IPAC/MG*;
- h) apoiar e contribuir para a definição de instrumentos de gestão dos bens tombados por meio da proposição de legislação municipal.
- i) realizar pelo menos uma visita técnica por etapa ao município.

#### 3.2. Compete ao MUNICÍPIO:

- a) compor equipe interdisciplinar de pesquisa, responsável pela execução das ações previstas e atividades relativas ao objeto do presente Termo de Cooperação Técnica;
- b) executar e disponibilizar para o IEPHA/MG o conteúdo das etapas de identificação, caracterização, proteção e gestão para a elaboração do dossiê técnico de tombamento estadual das referências culturais de alcance estadual e regional presentes no município, incluindo as áreas de proteção estadual na área de proteção municipal, conforme as orientações do IEPHA/MG e as reuniões técnicas;
- c) executar e disponibilizar para o IEPHA-MG o levantamento de fontes documentais secundárias (arquivística, bibliográfica e outros suportes), informações e dados de pesquisa, levantamento de bases cartográficas e de dados espaciais existentes da área de estudo (lotes, legislação municipal, usos e apropriações) e dados cartoriais e identificação dos proprietários e respectivos endereços de imóveis localizados nas áreas de tombamento;
- d) realizar a Oficina de Inventário Cultural Participativo para a identificação das referências culturais, por meio de a mobilização dos agentes culturais e entidades locais, seleção prévia de entrevistados em campo, recursos de comunicação e alimentação;
- e) executar e disponibilizar para o IEPHA/MG a caracterização do contexto histórico e temático relacionado ao objeto em estudo para a elaboração do dossiê técnico de tombamento estadual das referências culturais de alcance regional e estadual presentes no município;
- f) atribuir e identificar, a partir dos inventários, do histórico, da análise da paisagem e da caracterização do bem em estudo os valores culturais que motivam a sua proteção;
- g) apresentar os mapas temáticos e plantas dos perímetros, justificativa, descrição e memorial descritivo das coordenadas dos pontos georreferenciados dos polígonos das áreas de tombamento e de entorno no sistema SIRGAS 2000, na respectiva Zona, contendo os principais elementos da área estudada;
- h) apresentar as subáreas de tombamento e de entorno e propor as respectivas diretrizes de proteção e

intervenção (gerais, subáreas, medidas de salvaguarda, ações preventivas, curativas e restaurativas);

i) executar o registro fotográfico da área de tombamento e de entorno;

j) apresentar as referências bibliográficas das fontes consultadas observando as regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regras de formatação fornecidas pela equipe do IEPHA-MG acordados nas reuniões técnicas;

k) executar o Inventário de Proteção do Acervo Cultural - IPAC/MG de bens móveis e integrados associados às referências culturais e indicar as ações de preservação dos bens inventariados na instância municipal e disponibilizar as fichas de inventário atualizadas para o IEPHA-MG, se for o caso;

l) participar das reuniões técnicas com representantes do IEPHA/MG, no mínimo de duas reuniões por etapa, para discutir estratégias de ação visando ao aprimoramento das atividades relativas ao objeto do presente Termo de Cooperação Técnica;

m) propor ao legislativo municipal normas correlatas como instrumentos de proteção e incentivos (IPTU, transferência do direito de construir, outorga onerosa do direito de construir, tombamento por adesão, outros) e outras normas da legislação municipal que possam contribuir para a gestão das áreas protegidas como código de obras, parcelamento, criação de museus e projetos de educação para o patrimônio cultural;

n) propor procedimentos e fluxos de processos para aprovação em cooperação com o IEPHA/MG;

o) observar as restrições LGPD para qualquer disponibilização pública de informação constante no dossiê de tombamento e nas fichas de inventário do IPAC/MG.

3.3. As atribuições dos partícipes serão realizadas **em comum acordo** para a elaboração da pesquisa cultural para fins de tombamento dos bens culturais supracitados;

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO CRONOGRAMA

4.1. As atribuições dos partícipes serão realizadas ao longo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme o seguinte cronograma:

| Etapas            | Duração               | Atividades  |
|-------------------|-----------------------|---|
| 1. Identificação  | 6 meses<br>Mês 1 a 4  | a) Levantamento de fontes documentais.<br>b) Inventário Cultural Participativo<br>c) Identificação de bens culturais e área de estudo<br>d) Base cartográfica (lotes, quadras, áreas públicas)  |
| 2. Caracterização | 6 meses<br>Mês 5 a 8  | a) Caracterização histórica e dos bens culturais<br>b) Caracterização da paisagem cultural<br>c) Inventário cultural dos acervos (móveis e integrados)<br>d) Mapas temáticos (referências culturais, referências físicas, uso e ocupação, apropriações) |
| 3. Proteção       | 6 meses<br>Mês 9 a 12 | a) Motivação da proteção (valores)<br>b) Áreas de proteção (tombamento e entorno)<br>c) Diretrizes de proteção e intervenção<br>d) Lista de proprietários<br>e) Fóruns de discussão da proposta de proteção   |
| 4. Gestão         | 6 meses<br>Mês 5 a 24 | a) Proposta de legislação municipal condizente com o tombamento<br>b) Procedimentos e fluxos de processos para aprovação<br>c) Identificação de dados cartoriais<br>d) Ações Educativas   |

**Parágrafo único.** Este Termo de Cooperação Técnica será executado de acordo com o prazo e as etapas descritas no Plano de Trabalho anexo.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

5.1. Este Instrumento não acarreta ônus financeiro ao **IEPHA/MG**, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

6.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Termo em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

6.4. No presente Termo, o IEPHA assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e o MUNICÍPIO assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

6.7. O MUNICÍPIO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pelo IEPHA e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização do IEPHA, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

6.10. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

6.13. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

6.16. O IEPHA terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do MUNICÍPIO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

6.19. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

6.22. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES DO PERÍODO ELEITORAL**

7.1. As partes ficam cientes e obrigadas no ato da assinatura deste termo do inteiro teor da Resolução Conjunta SEGOV/SEC-GERAL/AGE nº 01, de 04 de março de 2024, que divulga normas eleitorais aplicáveis aos agentes públicos e demais legislações correlatas.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

8.1. O presente Termo terá a vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da sua publicação no “Minas Gerais”, Diário Oficial do Estado, podendo o mesmo ser prorrogado, mediante assentimento das partes, sempre através de Termo Aditivo.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO**

9.1. Durante o período de sua vigência, este instrumento somente poderá ser alterado mediante celebração de Termo Aditivo, que deverá ser solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante justificativa circunstanciada e proposta, a ser aceita mutuamente pelos Partícipes, observadas as normas legais vigentes sobre a matéria, vedada a modificação ou alteração de seu objeto.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO**

10.1. Os partícipes designam os seguintes representantes para, juntos, fazerem o acompanhamento, o controle e a fiscalização da execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, a saber:

a) Pelo **IEPHA/MG**: Os fiscais, titular e suplente, bem como o gestor do Termo por parte do IEPHA foram designados em termo próprio.

b) Pelo **MUNICÍPIO**: Fiscal titular: Alex de Castro Borges, Mat. 9.600 - Arquiteto e Urbanista, atual Encarregado do Museu Municipal. Fiscal Suplente: Sheila Versiani Moraes Papiani, Mat. 22.037 - Arquiteta e Urbanista, atua como Educadora Patrimonial. Gestor: Geenes Alves da Silva - Historiador, Mat. 18.675 - atual Diretor da Dimep.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

11.1. Os partícipes poderão denunciar este Termo, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita ao outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como rescindi-lo no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições, sem prejuízo do trâmite regular dos trabalhos em curso na vigência deste instrumento.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

12.1. O presente Termo será publicado pelo IEPHA/MG no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre os partícipes.

13.2. Os resultados gerados da pesquisa objeto do presente Termo será de propriedade das duas partes envolvidas.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Os partícipes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir as questões oriundas deste Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido o presente Termo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

### **ANEXOS:**

#### **ANEXO I - PLANO DE TRABALHO (91743219)**

**João Paulo Martins**

Presidente

**Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**

**Luís Eduardo Falcão Ferreira**

Prefeito

**Município de Patos de Minas**

### **TESTEMUNHAS:**

1) Nome: Renata Lúcia Ourivio

CPF: \*\*\*.675.\*\*\*-00

2) Nome: Angela Canfora Dolabela

CPF: \*\*\*.055.\*\*\*-49



Documento assinado eletronicamente por **Luís Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal**, em 18/07/2024, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Dolabela Canfora, Servidor (a) Público (a)**, em 19/07/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Maximiano da Silva, Diretor (a)**, em 30/07/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Martins, Presidente(a)**, em 31/07/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **92489408** e o código CRC **AEBB6FD6**.

---